

**AgRg nos EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.323 - CE
(2019/0103870-7)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : GEILSON LÚCIO GONÇALVES
ADVOGADO : LUÍS CARLOS ALENCAR DE BESSA - CE014126
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PACIENTE ABSOLVIDO EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. *WRIT* PREJUDICADO. DIREITO À INDENIZAÇÃO POR LESÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO TUTELÁVEL PELA VIA DO *HABEAS CORPUS*. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O habeas corpus é o remédio constitucional cabível para sanar a lesão ou ameaça de lesão à liberdade ambulatorial do cidadão. Inexiste qualquer risco a liberdade de locomoção do recorrente/paciente, uma vez que foi absolvido das acusações em sentença transitada em julgado.

2. Eventual lesão à outros direitos da personalidade como honra, integridade física ou mesmo sobre eventual tempo de prisão que não mais persiste deve ser tutelado pela via adequada, e não pelo remédio heroico.

3. *“O habeas corpus não constitui meio idôneo ao reconhecimento do direito de indenização do condenado por permanecer preso além do tempo fixado no decreto condenatório, viável que é, por força do artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição da República, “sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder” ((HC 17.362/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 4/2/2002, p. 567).*

4. Agravo Regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator